

# Pioneira, cidade de Santos atualiza adaptação à mudança climática

## Município lança nova versão de seu plano com a criação de um índice de risco e vulnerabilidade socioambiental

Por Daniela Chiaretti — De São Paulo  
14/01/2022 05h00 Atualizado há 5 horas



Santos deu ontem mais um passo para fortalecer sua estratégia de ações e adaptação à mudança do clima. A cidade, pioneira na iniciativa no país, atualizou o plano de 2016 com oito eixos prioritários de ação, 50 metas para serem cumpridas entre 2025 e 2050, mapeamento de áreas de risco e a criação de um índice de risco climático e vulnerabilidade socioambiental. Não há, contudo, estimativas de custos ou investimentos.

Em seminário ontem, o prefeito Rogério Santos (PSDB-SP) assinou decreto aprovando o Plano Municipal de Ação Climática de Santos (Pacs). Ali se define que as despesas com a execução “correrão por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário”. O decreto busca dar continuidade à iniciativa nas próximas gestões. “Destruir matas virgens, como até agora se tem praticado no Brasil, é crime horrendo e grande insulto à natureza”, disse o prefeito. Lembrou, em seguida, que a frase foi escrita por outro santista, José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1821.

A cidade de Santos lançou o primeiro plano de mudança do clima em dezembro de 2016 - o primeiro do país, lembra Eduardo Kimoto Hosokawa, chefe da Seção de Mudanças Climáticas (Seclima) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santos. A atualização, agora, produziu indicadores de risco climático e um desenho de governança diretamente ligado ao gabinete do prefeito, articulando as diversas instâncias de governo.

A cidade, lembra Kimoto, tem 433 mil habitantes, sendo que 400 mil vivem em 39,4 km<sup>2</sup> na Ilha de São Vicente, embora a área total do município seja de 281 km<sup>2</sup>. “Santos é uma cidade altamente adensada, vertical, não tem quase espaço verde. Sofre com o avanço do nível do mar, ressacas mais frequentes, drenagem inadequada, ilhas de calor. Cada vez chove mais e lidamos com todos os problemas sociais de populações que vivem no morro, em áreas de risco”.

O plano traça estratégias para três horizontes de planejamento - de curto (2025), médio (2030) e longo prazo (2050), explicou o engenheiro civil Ivan Maglio, coordenador do time de consultores da GIZ, a agência de cooperação alemã, que apoiou toda a elaboração da iniciativa. No curto prazo, como “as incertezas são relativamente limitadas”, disse Maglio, as ações e medidas podem ser implementadas dentro do prazo do Plano Diretor. A ideia é tornar toda a cidade resiliente ao clima.

Os princípios do plano vão desde a proteção e recuperação da Mata Atlântica e ecossistemas terrestres, estuarinos e costeiros ao uso de Soluções Baseadas na Natureza (SBN). Há oito eixos estratégicos. O primeiro busca articular a política de clima à política de desenvolvimento urbano. Revisões periódicas do plano diretor teriam por base o balanço de ações do Pacs, disse Maglio.

A redução de vulnerabilidades é outro ponto alto da iniciativa. Foram analisados 20 modelos climáticos customizados para a realidade de Santos com prognósticos para aumento na frequência e magnitude das chuvas na cidade, aumento da temperatura e do nível do mar. São esperadas mais inundações bruscas, enxurradas e alagamentos.

O Índice de Risco Climático e Vulnerabilidade Socioambiental é composto por indicadores físicos (exposição da cidade a ondas e marés, erosão costeira, movimentos de massa e inundações), e aspectos sociais (densidade demográfica, nível socioeconômico e tipo de ocupação), disse o consultor da GIZ Pedro Camarinha.

“A ideia do índice de riscos climáticos é dar subsídios aos gestores para que se consiga criar um plano de adaptação para a cidade, prever e planejar”, disse o consultor da GIZ Vitor Zanetti.

O plano de ação climática de Santos foi estruturado de forma colaborativa, com série de eventos e consultas às comunidades.

“A agenda de sustentabilidade é absolutamente premente”, disse Jean Pierre Ometto, chefe da divisão de projetos estratégicos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A

estratégia de adaptação das cidades, defendeu, “tem que ser feita de forma coordenada pelas diversas instâncias públicas do país. O que se expressa é a necessidade de trabalharmos em planos que tenham longevidade e aderência às ações que respondam às demandas sociais”, disse.

Os desafios mais comuns para a implementação de planos de adaptação à mudança do clima nas cidades são a governança, dificuldades de montar o arcabouço institucional, falta de prioridade política, legislações conflitantes, limitação de recursos financeiros e resistência de atores privados importantes, listou Barbara Barros, da rede de cidades globais preocupadas em se adequar à mudança do clima conhecida pela sigla C40.

---